

Um relato de experiência: O olhar para o criminoso, a partir da dimensão do estágio de psicologia jurídica

An experience report: Looking at the criminal from the legal psychology internship dimension

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-118>

Daniele Tavares de Oliveira

E-mail: danitavareslg@yahoo.com.br

Gema Galgani da Fonseca

E-mail: ggalgani.fonseca@gmail.com

RESUMO

O presente estudo consiste em um relato de experiência desenvolvido a partir de práticas de Estágio Supervisionado em Psicologia Jurídica, com atuação junto aos recuperandos em cumprimento de pena, pelo método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Esta Instituição é localizada no Estado de Minas Gerais, na Região do Triângulo Mineiro; quando através da prática de Estágio Supervisionado se estabeleceu o presente estudo, o qual apresenta um breve discurso sobre o sistema prisional, a crise carcerária brasileira e a atuação do psicólogo em trabalhos grupais. Enfatiza-se a experiência vivenciada através do trabalho de oficinas terapêuticas desenvolvidas, mediando a contribuição de aspectos subjetivos em prol da ressocialização dos recuperandos; processo pelo qual pode-se atuar interventivamente cambiando as dimensões do Direito em sonoridade com a Psicologia Jurídica, já que neste método de cumprimento de pena considera-se os princípios legais e a humanização da pena.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é desenvolvido através de um relato de experiência vivenciado dentro da área jurídica, especificamente em uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, de Patos de Minas/MG. Em que nas atividades realizadas através de trabalhos grupais, tive a oportunidade de contribuir com o processo de ressocialização e partilhar dos ideais e desafios para novos sentidos humanos. Assim objetiva-se colaborar com novos saberes aos interessados no assunto, através de um relato de experiência prático aliado as questões teóricas.

Palavras Chaves: Sistema Prisional, APAC, Psicologia Jurídica, Psicoterapia de Grupo, Vivências Acadêmicas.

ABSTRACT

The present study consists of an experience report developed from the practice of Supervised Internship in Legal Psychology, acting with convicts in compliance with sentence, by the method APAC - Association for Protection and Assistance to Convicts. This institution is located in the State of Minas Gerais, in the Triângulo Mineiro region; when, through the supervised internship practice, the present study was established, which presents a brief discourse on the prison system, the Brazilian prison crisis and the psychologist's work in group work. It emphasizes the experience lived through the work of therapeutic workshops developed, mediating the contribution of subjective aspects in favor of the re-socialization of the recovered; process by which one can act intervening changing the dimensions of Law in sonority with Legal Psychology, since in this method of penalty fulfillment the legal principles and the humanization of the penalty are considered.

Keywords: Prison System, APAC, Legal Psychology, Group Psychotherapy, Academic Experiences.

Segundo Andrade e Ferreira (2015) o sistema carcerário foi criado com uma forte influência do capitalismo sob a desigualdade social, sendo a criminalidade provinda de aspectos oriundos das classes mais pobres, geralmente pela carência de cultura, lazer e educação que se expande. Assim a prisão foi construída para as classes inferiores, para os excluídos culturalmente, e ainda atualmente acompanha e retrata o crescimento das desigualdades sociais.

Não podemos deixar de explicitar aqui, que o sistema carcerário não é formado apenas pelos fatores da desigualdade social, mas devem ser consideradas questões relacionadas à personalidade dos criminosos e vários aspectos humanos. Tais como; influencias social, desestrutura familiar e psicológica, ausência de valor relacionado ao trabalho.

De acordo com Cruz, Souza e Batitucci (2013) após o passar dos anos vem sendo observadas condutas ineficientes no sistema carcerário, em que se visa uma estrutura punitiva negligenciando a ressocialização. Conseqüentemente a partir deste pressuposto o Brasil vive uma crise carcerária com problemas diversos, como; superlotações em presídios, ineficiência em cumprir o papel de trabalhar a recuperação e a reabilitação social, tratamento desumano a muitos prisioneiros, carência de serviços especializados em saúde e segurança, etc.

Além do mais, propostas de alternativas que cumprem o papel da ressocialização não apresentaram a mesma força que o controle punitivo favorecido pelo Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), modelo este que foi instituído respectivamente com a criação de novos presídios distantes das grandes cidades, objetivando o afastamento do contexto social e familiar do condenado. Este regime aprovado como lei Federal no ano de 2003 possui um cumprimento de pena austero, em que os presos ficam restritamente nas celas, sendo privados de qualquer tipo de visita ou atividade diferenciada (Cruz, Souza, & Batitucci, 2013).

A partir desse regimento rígido, foi observado que no interior das unidades decorreu a criação de grandes grupos criminais, que foram crescendo em vasta proporção dentro do sistema, comprovando que o regime não se apresenta eficaz e tendendo gerar outros problemas como; expansão do perfil delitivo e aumento da criminalidade para outros espaços sociais. As propostas políticas para a solução da crise penitenciária continuam sendo em torno de criações de novos presídios, obtendo poucos objetivos de promoção à saúde e recuperação do apenado (Cruz, Souza, & Batitucci, 2013).

Ramalho (2008) afirma que na prisão é transmitido pelos próprios presos ensinamentos de marginalidade, na qual quando aqueles que cometeram crimes de alta periculosidade juntos de outros, podem instigar potenciais destrutivos para os que não estavam absolutamente envolvidos com as transgressões. Destaca-se também que está envolvido presente nesse sistema, o despreparo e má formação dos profissionais nos quais muitas das vezes se sujeitam em esquemas de corrupções dentro do próprio trabalho.

Ressaltando que quando o apenado retoma a sua liberdade, leva consigo marcas de vivências adoecidas no Presídio, dificultando sua capacidade de restabelecer e conseqüentemente sem condições

subjetivas para se situar no mundo externo. Se expõe à reincidência criminal, tendendo à novas passagens pela polícia e até prisão, assim com a impossibilidade de construir novas estruturas psicoemocionais e psicossociais e de identificar novas possibilidades, o sujeito já sai condenado antes de retornar para as grades (Ramalho, 2008).

A Secretaria de Administração Prisional (SEAP) é responsável pela administração de várias unidades prisionais, possuindo convenio com as instituições do método APAC, e gerenciado pelo Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Este método objetiva-se trabalhar a reinserção dentro do cumprimento da pena – “recuperando ajudando recuperando”, tendo como princípio fundamental a valorização da dignidade humana, oferecendo condições básicas para cumprimento de pena justo e libertário (Fonseca & Ruas, 2016).

Assim o recuperando (termo usado dentro do método) tem seus direitos respeitados, possuindo maior participação do ciclo familiar, obtendo possibilidade de desenvolver um trabalho, oportunidade de refletir sobre questões espirituais, possui direitos à saúde psíquica e física. Através do método desenvolvem-se trabalhos que mediam questões sócio familiares e humanas, objetivando que a sociedade venha recebê-los novamente como cidadãos de forma respeitosa. Assim a APAC é um sistema humanizado em que o preso cumpre sua pena de forma digna, visando a prevenir a reincidência criminal (Fonseca & Ruas, 2016).

Não podemos deixar de enfatizar a importância da atuação do psicólogo no meio jurídico, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia/CFP na resolução 09/2010, quando cabe ao mesmo exercer o seu trabalho respeitando os direitos humanos e com intervenções eficazes através de projetos terapêuticos, os quais contribuiram para o preparo e retorno do condenado ao convívio social e familiar (Medeiros & Silva, 2014).

O psicólogo deve estar atento para não se interessar pelos delitos de forma apenas investigativa, e sim atuar de forma terapêutica, no que tange o seu trabalho. Assim ele deve abarcar as questões de forma empática e priorizando a saúde mental, desconstituindo toda a visão maciçamente punitiva e trazendo um olhar diferenciado para a condição humana (Medeiros & Silva, 2014).

Os trabalhos grupais são desenvolvidos através de um conjunto de pessoas que vão sendo acolhidas e integralizadas no processo terapêutico, momento pelo qual são trabalhadas diversas questões envolvidas nas relações humanas e sociais. Quando se mobilizam sentimentos que devem ser analisados, averiguados e abarcados dentro do trabalho grupal, objetivando transformar demandas e problemas em mediações promotoras de insights e busca de recursos mais saudáveis (Correia & Moreira, 2016).

Nessas atividades suscitam-se vivências, dificuldades, sofrimentos e conflitos, em que os integrantes têm abertura para oferecer condições de sustentação para o outro, possibilitando que as pessoas cultivem a amplitude dos seus mecanismos de defesa, mas também a intensidade dos valores e sentidos alheios. Assim se torna consequência deste trabalho, uma maior compreensão e desenvolvimento nas

relações pessoais - grupais e familiares, possibilitando um melhor convívio social (Correia & Moreira, 2016).

O ser humano está sempre em processo de desenvolvimento e mudanças através das relações sociais, o qual passa por transformações inerentes a condição humana, observando-se que a partir da forma que ele se relaciona com o mundo, uma estrutura se desenvolve compondo o perfil de cada sujeito. A APAC oferece a possibilidade de ressignificar essas questões vivenciadas, obtendo uma revisão de vida, provocando mudanças consigo próprio e com as outras pessoas. Assim a filosofia do método consiste em fornecer subsídios para que seja constituída uma ressocialização, baseada em uma revisão de expectativas e projetos futuros a serem vividos (Miranda, 2015).

Faz-se necessário nas práticas de estágio a realização de supervisões direcionadas por um professor habilitado, sendo este um processo essencial para a formação do psicólogo, podendo acontecer de acordo com as necessidades apresentadas pelos estagiários e questões trazidas pelo grupo atendido, de modo que aconteça um preparo para os supervisionados. Cabe ao supervisor realizar um duplo exercício ético com os estagiários e os usuários, auxiliando no desenvolvimento dos estagiários e mantendo um serviço de qualidade, de modo que o supervisor treine, ensine, monitore e avalie os alunos que devem estar atendendo as demandas apresentadas a eles (Monteiro, Herzberg, Oliveira, & Silvares, 2013).

Diante do exposto, este artigo objetiva-se explicar sobre o processo de trabalho das Oficinas Grupais e suas contribuições terapêuticas, realizadas junto aos criminosos em cumprimento de pena através do método APAC, na dimensão do Estágio de Psicologia Jurídica da FPM.

2 METODOLOGIA

Através da parceria institucional do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas e Clínica Escola (CEPPAC), do Departamento de Graduação em Psicologia (DPGPSI) e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Patos de Minas – MG, desenvolveu-se este presente estudo de natureza bibliográfica e qualitativo descritivo.

A base temática referente ao levantamento do material bibliográfico atribuiu-se os seguintes descritores: sistema prisional; APAC; psicologia jurídica; psicoterapia de grupo; vivências acadêmicas. A coleta de dados científicos aconteceu a partir de pesquisas na base SCIELO E PEPSIC, no idioma português, no período de 2008 a 2017, os quais serviram de sustentação para o estudo teórico.

Bem como, focado no estágio profissionalizante em Psicologia Jurídica, com práticas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Patos de Minas no ano de 2017, descreve-se sobre o relato de experiência do trabalho com recuperandos. Para isso, utilizou-se como referência e recurso metodológico, os relatórios das atividades semanais registrados na prática de estágio jurídico, cumprindo-se o requisito acadêmico para conclusão desse eixo acadêmico. Bem como, aguardou-se esse tempo para pleito de publicação; em consideração ao término da graduação de uma das pesquisadoras; bem como,

prazo distanciado da finalização das práticas de estágio e conforme outros cuidados de outros estudos já realizados sob a dimensão da Psicologia Jurídica.

3 A PROPÓSTA DE ESTÁGIO

No nono período do curso de Psicologia, o Departamento de Graduação possibilitou o estágio optativo em Psicologia Jurídica, na instituição (APAC) na Cidade de Patos de Minas, onde o regime diferenciado de cumprimento de pena foi implementado e está sendo estruturado para cumprir os seus 12 elementos que são:

“[...] Participação da Comunidade, Recuperando ajudando recuperando, Trabalho, Religião, Assistência Jurídica, Assistência à saúde, Valorização Humana, A família, O voluntario e sua formação, Centro de reintegração social, Mérito, A jornada de libertação com Cristo Primeiramente me intei em saber do que se tratavam as práticas de estágio desse eixo, quando fui informada que a atuação acontecia através de desenvolvimentos de práticas em psicoterapia grupal dentro da instituição, na qual o objetivo é recuperar e promover reinserção social aos condenados” (Pimenta & Fonseca, 2017, p. 32).

Considerava a prática de estágio atrativa pelo interesse em obter novos conhecimentos no período de graduação, e vivências com a área já que esta é organizada articulando teoria e prática. A proposta de estágio para o nono e décimo período de graduação em Psicologia, se sistematiza a partir do acordado entre Apac & Supervisora e Grupo de Estagiários, respeitando critérios devidamente acordados como; modalidade do trabalho psicológico ser através de oficinas terapêuticas, levantamento das demandas e necessidades junto aos recuperandos, planejamento prévio, organização partilhada entre supervisora e estagiários, foco nos objetivos traçados e sistematização da forma como acontece (são realizadas uma vez por semana durante duas horas de prazo, nas dependências da instituição APAC).

Para o desenvolvimento do trabalho com os recuperandos em cumprimento de pena, bem como, do próprio aparato para os estagiários que vão atuar junto destes, do primeiro ao último dia de estágio obedecendo-se o referencial teórico e prático acerca do trabalho que vai sendo construído. Ou seja, a partir das atividades de supervisão, foram passados ensinamentos teóricos e orientações preparatórias para as práticas psicoterapêuticas, quando através das experiências dos estagiários vão sendo avaliadas – readaptadas e corrigidas as estratégias necessárias dentro do próprio processo de desenvolvimento da prática de estágio.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Após apresentar algumas deficiências no sistema carcerário brasileiro, será discorrido sobre o trabalho de ressocialização das Associações de Proteção e Assistência aos condenados - APACs; bem como, a respeito da importância da atuação do psicólogo no sistema jurídico. Com válidos resultados a partir do processo de oficinas terapêuticas com recuperandos, quando, realizaremos um breve relato da experiência nesta modalidade de trabalho psicológico.

A partir de orientações em supervisão, foram esclarecidas condições básicas pautadas na ética, postura profissional e compromisso, sendo que os critérios seriam lidar de maneira profissional com os sofrimentos e conflitos humanos. Assim segundo Rases, Oliveira e Jesus (2014) de acordo com documento do Instrumento de Auto avaliação da Gestão Pública IAGP é inadmissível que o terapeuta na sua atuação em trabalhos grupais participe de qualquer ação relacionada à maus tratos, humilhação e a determinação de convencimentos pessoais ao grupo. O Registro Nacional de Psicoterapeutas de Grupo Certificados AGPA, institui que tais práticas devem ser punitivas com a suspensão do registro do psicólogo.

O mesmo autor Rases, Oliveira e Jesus (2014) nos mostra que o guia de boas práticas das Diretrizes Éticas da Associação Americana de Psicoterapia de Grupo ASGW enfatiza que a ética dos profissionais é um complemento necessário às atividades grupais, pois estas influenciam todo o grupo. Devem-se estabelecer os fundamentos da bioética principialista que consiste na autonomia, humanidade, cuidados para não causar prejuízos ao grupo, a fidelidade e sigilo das questões apresentadas.

De acordo com Delgado (2008) a ética psicanalítica é o desejo que move a direção do tratamento, assim Freud e Lacan afirmam que o sujeito do inconsciente é atravessado por uma ausência estruturante, sendo a castração. Dinâmica pela qual significou a nos estagiários e supervisora lidar com uma recorrente gama de situações que requeriam a castração e simbolização, ambas não vivenciadas ou representadas a contento em fases anteriores de desenvolvimento humano.

As atividades foram sistematizadas a partir do planejamento dos trabalhos que aconteceram no modelo de atuação em psicoterapia de grupo, na qual inicialmente participaria entre 15 a 20 usuários do método, sendo que essa quantidade poderia exceder ou reduzir, por ser uma instituição que os integrantes podem ser libertos, ou por desrespeito a filosofia da APAC sujeitos à retornar para o presídio. E o sistema apaqueano (termo específico utilizado no método), também pode receber novos integrantes de acordo com a capacidade da instituição, na qual está em processo de ampliação da estrutura física e de pessoal.

As orientações foram apresentadas de modo que, deveríamos elaborar uma proposta de execução para cada atividade grupal, a fim desta ser desenvolvida durante uma hora e trinta minutos, o tempo estabelecido conforme acordado com a Apac. Essas propostas consistem em uma atividade norteadora e com fundamentos terapêuticos, que funcionam como mecanismos na suscitação de questões internas para serem trabalhadas no ambiente grupal.

Ficou estabelecido um revezamento entre as duas estagiárias, sendo que uma deveria ficar no direcionamento e liderança das atividades e a segunda ficaria no pano de fundo, fazendo intervenções necessárias e apoiando a colega - líder do dia. Esclarecendo que essas responsabilidades eram mediadas e substituídas semana a semana, visando que a tomada de frente e liderança do trabalho com os recuperandos não viesse a pesar para nenhuma estagiária.

Esse recurso não se delimita em uma técnica, e sim em um embasamento norteador e cambiado através da dupla de estagiários, já que Romanini e Roso (2012) nos coloca que uma técnica se estabelece

de uma proposta a ser seguida em qualquer contexto de intervenção, quando a intervenção psicanalítica se fundamenta na individualidade do ser humano a partir do que é manifestado subjetivamente. É um trabalho norteador para que cada sujeito seja potencializado a produzir sua forma de ser singular, de modo que a postura do futuro psicólogo/terapeuta deve ser no direcionamento e manejo das questões pulsionais e suas sucessões.

A primeira oficina terapêutica se concretizou a partir da apresentação da proposta do estágio e da equipe para todos os recuperandos, e para nós também. Enfatizamos que o estágio não é de caráter obrigatório para os acadêmicos e que a presença de ambos consiste em suas escolhas opcionais, sendo que todas as conduções são de caráter científico se baseando em questões éticas, pautadas em condutas de respeito da equipe para o grupo e se espera assim do grupo para a equipe de estagiários.

As oficinas terapêuticas se delimitaram através de temas diversos, sendo que o primeiro tema se definiu através do acordo entre estagiárias e supervisora, os demais foram suscitados e colhidos junto ao grupo de recuperandos. Em algumas oficinas terapêuticas, os temas eram revelados pelos estagiários no desenvolvimento do trabalho, mas na maioria não precisava acontecer essa sinalização pelo fato que os assuntos eram identificados naturalmente pelos recuperandos.

As oficinas são estruturadas de modo que se iniciam com uma abertura realizada pela equipe, quando é realizado uma dinâmica de aquecimento. Posteriormente se desenvolve uma atividade específica para explorar o tema do dia, podendo ser uma dinâmica, jogo, teatro, poesia, música ou momento lúdico, objetivando ter uma concordância de todos com o tema para promoção de mobilizações, recursos internos, vivências, possibilidades e potencialidades a serem trabalhadas posteriormente.

Algumas dessas atividades possuíam o caráter de interação, promoção da identidade pessoal, conhecimento, relações interpessoais, compreensão das leis real e simbólica, resgate dos sentimentos de mais valia e amor próprio. Em seguida as atividades se direcionavam através de uma discussão compartilhada com todo o grupo, na qual eram suscitadas sentimentos, sofrimentos, perdas, lutos, dificuldades, alegrias, esperanças, possibilidades; as quais na maioria das vezes se estabelecia uma relação de compreensão, auxílio, companheirismo, amparo e ajuda dentro do processo psicoterapêutico grupal.

No segundo semestre acadêmico com a inserção dos novos estagiários, o grupo foi subdividido, pelo crescente número de recuperandos dentro do sistema, de modo que se estabeleceu um trio e uma dupla no desenvolvimento das atividades. Assim foi acordado que os dois grupos trabalhassem o mesmo tema, em espaços diferentes, de modo que os participantes ficariam durante todo o semestre no mesmo núcleo de referência. Um dos grupos de estagiários ficou encarregado de trabalhar com oficinas terapêuticas, usando como recursos, as dinâmicas; e o segundo deveria trabalhar com norteamientos a partir de músicas e recursos lúdicos. Cada dupla trabalhou com seus recursos estabelecidos durante três meses e posteriormente, trocou-se entre si as formas de intervenção.

Dessa forma de acordo com Leitão, Mantegazini, Souza, Costa e Müller (2017) dentre os encontros terapêuticos surgem diversos sentimentos, resistências, ambivalências e situações incomuns dentro do grupo, em que devem-se criar uma estrutura grupal coerente e adequada para que o grupo possa ser receptível e apto a exercer uma função auxiliadora na elaboração dessas angustias. E trabalharmos desse jeito possibilitou múltiplos aprendizados e crescimentos, mutuamente partilhados e cambiados por estagiários – supervisora e recuperandos.

5 BREVE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS GRUPAIS

Durante as práticas foram desenvolvidos diversos temas, tais como: convivência, falsidade, liberdade, felicidade, coragem, medo, perdas e lutos, corrupção, injustiça, dia dos pais, reintegração social (novo), autocontrole. Apresentamos aqui a elucidação de alguns trabalhos que se ocuparam maior destaque e significância, dentre os temas citados acima.

Em uma das oficinas que se delimitou como tema - *CONVIVÊNCIA*, através da pontuação de algumas questões conflitivas, também se discutiu sobre estratégias de como se colocar no lugar do outro e a importância de lidar com os problemas individuais e coletivos. Alguns participantes relataram formas de lidar com os conflitos que acontecem no sistema prisional e na sociedade, um integrante partilhou de uma história vivenciada em que o envolveu ele e seu irmão, que ambos dividiam a mesma cela e passaram por um conflito específico.

Ao trabalhar o tema *LIBERDADE*, na dinâmica desenvolvida se objetivou uma reflexão sobre o tema, através de músicas em que continham em suas letras relatos de pensamentos comuns da vivência em sociedade, atividade seguida da apresentação dessas em forma de teatro e fantasiando com diversas vestimentas, cenas da vida. Com esse trabalho os encarcerados tiveram a possibilidade de ter a liberdade de escolha ao optar por suas fantasias, a liberdade de expressão ao retratar através da expressão corporal vivências em sociedade registradas nas músicas, e ricamente conteúdos de subjetividade de cada um.

Assim segundo Franco e Volpe (2011) os desenvolvimentos nas atuações grupais devem estar voltados para trabalhos que desencadeiam movimentos criativos e inovadores, de forma que se entra em cena o fenômeno da transferência. Assim, acontecendo uma circulação de sentidos e processamentos significantes, com algum resultado possível nos modos de gozo dos sujeitos que deles participam, atrelados às identificações e aos lugares que ocupam em seus papéis.

De acordo com o tema *FELICIDADE* os participantes foram orientados na construção de uma caixinha de origami, em que sua execução aconteceu individualmente. No desenvolvimento o grupo foi convidado a usar a criatividade e buscar dentro do espaço da APAC alguma coisa significativa que cabia dentro da caixa para presentear alguém especial, quando foram instruídos dizer qual o significado do presente que estava sendo entregue a pessoa escolhida por eles. Os presentes foram: balas, bombons,

hortaliças, materiais de construção e etc., atingindo-se o objetivo da dinâmica que foi provocar uma discussão sobre a felicidade, que é construída e buscada aos poucos assim como na construção do origami e que nem sempre o valor é material e sim sentimental.

Destaca-se também, a representação com a troca de presente, o qual foi procurado, encontrado e depois presenteado a alguém especial e de valor. Apreendeu-se que através da promoção da troca interpessoal, essa forma representa que a felicidade também pode ser buscada, pois dividimos com alguém fazendo o outro feliz e somos retribuídos com a alegria por estes.

Eles se sentiram reconhecidos com os presentes e puderam perceber que para fazer alguém feliz não precisa de muito, mas precisa ser valorizado e repensado através das pequenas coisas do dia a dia. Um recuperando relatou que por mais que ele não foi presenteado ele se sentiu feliz por ver as pessoas bem e trocando coisas boas, sendo destaque o clima amistoso e receptivo com o trabalho propiciou.

6 CONCLUSÃO

Em muitos momentos nas relações grupais foram resgatadas vivências colocadas em discussão, tais como; histórias de vida, desamparos infantis, conflitos da juventude antes dos confrontos com a lei, inícios dos comportamentos transgressores, ações propriamente criminais, etc. Bem como, com tais revivências a possibilidade de novos olhares e ressignificado de sentimentos, dificuldades, alegrias, realizações e novas esperanças necessárias aos recuperandos.

Movimentos como estes, constituíram-se em um cumprimento de uma pena mais leve e humanizada, possibilitando a reelaboração de questões internas para que o próprio ser humano se encontre, podendo vislumbrar a liberdade. Observou-se o desenvolvimento de recursos psicoemocionais e atitudes mais sadias para consigo mesmo quanto para os pares e grupos, quando também algumas reconexões com questões valorosas da vida, como; retomada de laços familiares, busca da espiritualidade, motivação para atividades laborais, etc.

No executar da experiência realizada, mesmo através de orientações, por não ter frequentado anteriormente nenhuma instituição do sistema prisional e não possuir experiências de estágios anteriores em psicoterapia de grupo, senti como um desafio a ser trilhado. Quando houve a necessidade de desenvolver habilidades, modos de se portar e aperfeiçoar questões face o trabalho com os recuperandos, estas me possibilitaram potencializar um papel norteador diante do grupo. O trabalho desenvolvido em dupla apresentou-se como uma condição facilitadora, por ser os primeiros trabalhos direcionados, se constitui em um auxílio nos momentos de insegurança e temor sobre quais as intervenções mais oportunas.

Os recuperandos possuem um grande respeito diante ao trabalho da psicologia, portanto não houve condições desafiadoras na relação com a instituição que sempre seus funcionários deram importância a atuação da equipe de estágio. Porém vale lembrar, que outras equipes de estagiários já haviam preparado o

terreno para a psicologia na Apac, cabendo a nós a responsabilidade e compromisso em continuar plantando e expandindo o trabalho da Psicologia Jurídica nessa dimensão.

Nas primeiras oficinas terapêuticas o grupo se encontrava um pouco agitado, possuía algumas dificuldades de interação, mas de acordo que foram acontecendo os encontros estabeleceu-se uma relação de confiança, quando os recuperandos puderam expressar seus sentimentos, relatos vivenciados e em alguns momentos direcionavam aos integrantes pedidos de ajuda para resolução de alguma problemática externa da instituição.

Este estágio possibilitou grandes contribuições para a minha formação profissional, no qual compreendi que é de suma importância uma relação empática do terapeuta, livre de preconceitos, julgamentos e questões investigativas. Percebi de forma escancarada a importância da valorização humana em processos terapêuticos, nos quais o ser não se consiste apenas em uma queixa apresentada, mais sim em um ser em sua singularidade e complexidade.

As supervisões desempenharam um papel norteador de todo o processo, sendo momentos específicos de discussões, estudos sobre os trabalhos realizados e os que seriam desenvolvidos posteriormente. Nestes momentos se destacou as relações entre supervisora e estagiários, sendo de suma importância para o desenvolvimento do processo e possibilitando maiores contribuições; aprendizados os quais aconteceram em torno de discussões sobre os trabalhos, colocando em pauta pontos positivos e déficits na nossa futura atuação como psicólogos, e compreensão sobre todos os critérios da prática para ir melhorando a atuação.

A supervisora desenvolvia um papel de avaliador de ensino no qual apresentavam constantes feedbacks em que os estagiários deveriam cativar, em alguns momentos integrantes do grupo se sentiam frustrados, sendo pontuados que cabe a todo ser humano o reconhecimento pelos erros e a busca por melhorias constantes, sendo que são passíveis de toda condição humana.

Foram pontuadas pela supervisora questões importantes relacionadas à convivência do grupo de estagiários, tais como: que nós devemos estar em sintonia diante o trabalho a ser desenvolvido, estabelecer uma relação de ajuda perante o grupo de recuperandos e estagiários, ter compreensão, compromisso e ética entre si.

Assim possibilitou-se através das vivências uma busca constante de coerência e integração pessoal para que o trabalho acontecesse da melhor forma, porém em algumas vezes a relação entre estagiários não se difundiu de forma harmônica em decorrência de múltiplos fatores, mas foram reconhecidas as necessidades de melhorias. São questões que envolvem habilidades sociais, que são de grande importância em todas as relações, sendo que estamos preparando para atuar de forma profissional no mercado de trabalho.

DEDICATÓRIA

A todos os indivíduos, que pelos caminhos das dívidas com a justiça ou; dos aprendizes de saberes múltiplos, que se permaneceram por tempos a fio aprisionados em sua própria mente:

Que seja possível o reencontro consigo mesmo, a descoberta do inaudível aos olhos, a reconexão com a vida, o desafio de novas comunicações humanas e o melhor uso da linguagem!!!

Atenciosamente, Supervisora, Gema Galgani.

OS DOIS HORIZONTES

Dois horizontes fecham nossa vida:

Um horizonte, — a saudade
Do que não há de voltar;
Outro horizonte, — a esperança
Dos tempos que hão de chegar;
No presente, — sempre escuro, —
Vive a alma ambiciosa
Na ilusão voluptuosa
Do passado e do futuro.

Os doces brincos da infância
Sob as asas maternas,
O vôo das andorinhas,
A onda viva e os rosais.
O gozo do amor, sonhado
Num olhar profundo e ardente,
Tal é na hora presente
O horizonte do passado.
Ou ambição de grandeza
Que no espírito calou,
Desejo de amor sincero
Que o coração não gozou;

Ou um viver calmo e puro
À alma convalescente,
Tal é na hora presente
O horizonte do futuro.

No breve correr dos dias
Sob o azul do céu, — tais são
Limites no mar da vida:
Saudade ou aspiração;
Ao nosso espírito ardente,
Na avidez do bem sonhado,
Nunca o presente é passado,
Nunca o futuro é presente.

Que cismas, homem? — Perdido
No mar das recordações,
Escuto um eco sentido
Das passadas ilusões.

Que buscas, homem? — Procuro,

Através da imensidade,
Ler a doce realidade
Das ilusões do futuro.
Dois horizontes fecham nossa vida.

- A M. Ferreira Guimarães (1863) -

REFERÊNCIAS

- Andrade, U. S., & Ferreira, F. F. (2015). Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 3(1), 24-38.
- Correia, K. C. R., & Moreira, V. (2016). A experiência vivida por psicoterapeutas e clientes em psicoterapia de grupo na clínica humanista-fenomenológica: uma pesquisa fenomenológica. *Psicologia USP*, 27(3), 531-541.
- Cruz, M. V. G., Souza, L. G., & Batitucci, E. C. (2013). Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. *Revista de Administração Pública*, 47(5), 1307-1325.
- Delgado, S. M. (2008). A dimensão ética da psicanálise na clínica da atenção psicossocial. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(1), 58-66.
- Fonseca, C. E. P., & Ruas, J. E. (2016). O método APAC - associação de proteção e assistência aos condenados - como alternativa à crise do sistema prisional brasileiro. *Direitos Sociais e Políticas Pública*, 4(2), 96-123.
- Franco, E. M., & Volpe, A. J. (2011). Sentidos para a formação em um grupo de reflexão. *Psicologia Ensino & Formação*, 2(1), 33-42.
- Leitão, I. B., Mantegazini, L. M. C., Souza, S. S., Costa, E. S. A., & Müller, A. A. (2017). Intervenção com um grupo participante do programa de tabagismo a partir do olhar da psicanálise: Relato de Experiência. *Revista Psicologia Saúde e Debate*, 2(2), 96-111.
- Medeiros, A. C. Z., & Silva, M. C. S. (2014). A atuação do psicólogo no sistema prisional: analisando e propondo novas diretrizes. *Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate*. 2(1), 100-111.
- Miranda, S. L. (2015). A construção de sentidos no método de execução penal APAC. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 660-667.
- Oliveira-Monteiro, N. R., Herzberg, E., Oliveira, M. S., & Silves, E. F. M. (2013). Reflexões sobre ética na supervisão em psicologia. *Boletim de Psicologia*, 63(139), 217-225.
- Pimenta, B. E., & Fonseca, G. G. (2017). O Método APAC: o resgate da humanização no processo de cumprimento de pena de condenados. *Revista Psicologia Saúde e Debate*, 3(1), 32-33.
- Ramalho, J. R. (2008). A sujeição pelo crime. In J. R. Ramalho (org.). *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. (pp.115-133). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Rasera, E. F., Oliveira, F. M., & Jesus, M. J. B. S. (2014). A prática grupal e o discurso sobre a ética em documentos oficiais. *Estudos de Psicologia*, 31(3), 405-414.
- Romanini, M., & Roso, A. (2012). Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. *Psicologia USP*, 23(2), 343-366.